

# OCDE reconhece iniciativas de Minas Gerais para melhorar a governança regulatória

Qua 22 junho

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceu, nesta terça-feira (21/6), em Brasília, o trabalho do [Governo de Minas](#) na implementação de políticas voltadas para a reforma regulatória.

As informações foram divulgadas no relatório com os resultados do projeto de Revisão por Pares (*Peer Review*) com foco no processo de Reforma Regulatória do Brasil, iniciado no primeiro semestre de 2021.

Por meio da reforma regulatória, os governos buscam alcançar a maior promoção do bem-estar econômico e social dos cidadãos por meio da adoção de uma ampla gama de políticas públicas, como as relativas à estabilidade macroeconômica, à elevação do nível de emprego e de renda, proteção à saúde e ao meio ambiente e melhorias na educação.

## Eixos

A Revisão por Pares, do inglês *Peer Review*, corresponde aos instrumentos de avaliação técnica de determinada política pública por outros países, possibilitando e favorecendo trocas de experiências e aproximação com padrões e princípios estabelecidos pela OCDE.

O plano de trabalho focou em três eixos de abordagem: “Reforma Econômica no Brasil”, “Governança Regulatória no Brasil” e “Reforma em setor específico no Brasil: estudos de casos”.

Foi a primeira vez que a entidade avaliou tal política dos estados e municípios. Foram analisadas as iniciativas do eixo “Governança Regulatória no Brasil” de Minas Gerais e do Ceará.

## Benefícios

De acordo com o relatório, o Governo de Minas já adotou diversas medidas para melhorar o marco regulatório do estado, sobretudo no processo de desburocratização para o desenvolvimento do setor produtivo.

Entre os principais destaques, aparece o “Minas Livre Para Crescer”, programa estratégico da [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico \(Sede\)](#) que tem o objetivo de diminuir a burocracia e os custos para novos empreendimentos.

O documento também chamou atenção para a revogação de várias normas obsoletas e que não fazem mais razão de existir no ordenamento jurídico, medida que ficou conhecida como “revogaço”, com ênfase no decreto que eliminou 137 normas.

Outra iniciativa destacada pelo relatório foi a “Política Estadual de Simplificação e Governo Digital”, projeto da [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag\)](#) voltado para as necessidades dos usuários e a aplicação de soluções tecnológicas para agilizar as entregas aos cidadãos.

Por fim, a OCDE também reconheceu que o estado já adota uma agenda regulatória, ou seja, um planejamento das ações regulatórias, o que demonstra segurança jurídica e previsibilidade. Neste caso, organização citou a [Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade \(Seinfra\)](#) e a [Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais \(Arsae-MG\)](#).

A coordenação dos trabalhos em Minas Gerais com a OCDE e o Ministério da Economia foi da Secretaria-Geral, por meio da Assessoria Técnica do Governador, com o apoio da Consultoria Técnico-Legislativa (CTL), Arsae, Sede, Seplag e Seinfra.